

TERRITÓRIO, ESTADO E CAPITAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: REFLEXÕES COM BASE EM UM TRABALHO DE CAMPO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Welison Nascimento Meira[1]
Fernanda da Silva Almeida[2]
Washington de Jesus Caires[3]
Aleselma Silva Pereira[4]

Palavras-chave: Intervenção estatal; Territorialização do capital; Conflitos socioambientais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo provocar reflexões sobre parte do Semiárido nordestino onde acontecem intervenções estatais desde a década de 1940 e onde há uma acentuada territorialização do capital privado nas últimas décadas com o aporte do Estado brasileiro. As observações *in loco* se deram durante as atividades desenvolvidas no Trabalho de Campo realizado entre os dias 24 e 27 de outubro de 2024.

A iniciativa integrou os componentes curriculares *Geografia do Nordeste* e *Geografia Política*, ofertados pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DG-UESB) e ministrados, respectivamente, pelas professoras Dra. Aleselma Silva Pereira e Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida[5].

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *E-mail:* 202210477@uesb.edu.br.
[2] Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *E-mail:* 202210331@uesb.edu.br.
[3] Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *E-mail:* 202020728@uesb.edu.br. .
[4] Professora efetiva da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *E-mail:* aleselma@uesb.edu.br.
[5] A atividade contou, ainda, com a colaboração da professora Ma. Fátima Crislaine Batista Rocha, igualmente vinculada ao Departamento de Geografia da UESB, com atuação na Área de Geografia Regional.

O Trabalho de Campo foi realizado no Vale Sanfranciscano, especificamente, nos municípios de Juazeiro, Petrolina, Casa Nova e Sobradinho. O objetivo geral dessa atividade pedagógica, conforme projeto produzido pelas docentes, foi propiciar um momento significativo de aprendizagem, em espaços com relevantes realidades concretas relacionadas aos processos estudados na sala de aula, a fim de possibilitar a compreensão e análise da intervenção estatal e de alianças Estado-capital e suas contradições. Foram selecionadas as seguintes formas de apropriação de parte da porção setentrional do Semiárido baiano, no Vale Sanfranciscano: atividades como fruticultura irrigada; vitivinicultura; enoturismo; geração de energia hidrelétrica e eólica. A análise se deu mediante visitas guiadas à 6ª. Superintendência Regional da Codevasf (em Juazeiro), ao Distrito Irrigado Maniçoba (DIM), ao *packing house* da empresa FB Frutos *Tropicales* Brasil Ltda/Flamingo (do ramo da exportação de mangas Kent e Keith para a Europa) e à Vinícola Terra Nova (Grupo Miolo, *joint-venture* com a vinícola chilena Via *Wine Group*); navegação no Lago do Sobradinho com passagem pela Usina Hidrelétrica da CHESF e por áreas de projetos de geração de "energias limpas" e piscicultura; percursos urbanos e rurais, bem como uma visita às paleodunas de Casa Nova. Esses locais foram selecionados em razão de sua relevância no contexto das dinâmicas concretas discutidas em sala de aula, buscando-se promover uma reflexão crítica da realidade social da região após intervenções estatais, das alianças entre capital e Estado num recorte do Semiárido nordestino – espaço marcado por contradições provocadas pela relação capital *versus* trabalho e por retóricas pretéritas e atuais construídas e sustentadas pela elite agrária, proprietários fundiários, empresas públicas e privadas e a mídia em geral.

A fundamentação teórica que orientou as análises desenvolvidas neste trabalho apoia-se em autores como Dourado (2015) e Oliveira (1985) e Harvey (2005), cujas contribuições oferecem subsídios consistentes para a interpretação das dinâmicas socioespaciais observadas. A articulação entre esses referenciais teóricos e as experiências empíricas vivenciadas durante o trabalho de campo no Vale Sanfranciscano possibilitou uma compreensão mais aprofundada das transformações territoriais promovidas pelas ações do Estado e pela territorialização do capital privado no contexto do Semiárido nordestino.

Destaca-se aqui a importância do Trabalho de Campo para a compreensão da relação teoria e prática na produção do conhecimento em Geografia. Contudo, para os autores, identificar e analisar as contradições socioespaciais *in loco* exige um planejamento rigoroso e, sobretudo, a escolha do método que proporcione a leitura das contradições. Recursos didáticos – inclusive, um conjunto de mapas produzidos por um dos participantes – foram disponibilizados antes e durante a atividade com o intuito de auxiliar a análise da realidade social, uma vez que a escala do corpo não alcança a magnitude do real concreto da região.

No interior do Semiárido, observa-se a crescente apropriação territorial do Vale do Rio São Francisco, por meio de atividades como a fruticultura irrigada, a vitivinicultura, o enoturismo e a geração de energia hidrelétrica, eólica e fotovoltaica. A territorialização dessas atividades capitalistas impactam tanto as populações locais quanto os ecossistemas. Esse cenário revela como as dinâmicas de um projeto de desenvolvimento são atravessadas por tensões entre os interesses do Estado, do capital privado e dos modos de vida tradicionais, configurando um espaço marcado por disputas e resistências.

Assim, ao articular as observações realizadas em campo com uma análise teórica consistente, este trabalho busca aprofundar a compreensão das contradições da relação Estado, capital e território no Semiárido nordestino. Tal abordagem contribui significativamente para a formação crítica dos discentes em Geografia, ao mesmo tempo

em que fomenta reflexões mais amplas sobre as dinâmicas territoriais do Brasil contemporâneo e suas múltiplas contradições.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1948, constituiu um marco nas políticas de intervenção estatal voltadas ao Semiárido brasileiro, com destaque para o Vale do Rio São Francisco. Paralelamente, foi instituída a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), posteriormente transformada na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Ambas as instituições assumiram papéis centrais na formulação e execução de estratégias voltadas à dinamização econômica e à reestruturação socioespacial, evidenciando a complexidade das relações entre Estado, capital e os desafios sociopolíticos envolvidos nesse processo.

Segundo informações disponíveis em sua página institucional, a CHESF, subsidiária da Eletrobrás com sede em Recife (PE), atua nos segmentos de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, sendo responsável por aproximadamente 7% da capacidade instalada de energia do país. A companhia opera doze usinas hidrelétricas e dois parques eólicos. Entre os empreendimentos mais expressivos, destacam-se as usinas de Paulo Afonso e Sobradinho, ambas localizadas na Bahia, a Usina Luiz Gonzaga, em Pernambuco, e a Usina de Xingó, em Sergipe. Essas instalações desempenham um papel estratégico tanto pela sua capacidade de geração energética quanto pela contribuição no controle hídrico e na indução de processos de desenvolvimento em contextos marcados por condições climáticas adversas.

Desde sua fundação, no entanto, a CHESF enfrentou desafios significativos de ordem política e econômica. Conforme discute Oliveira (1985), o contexto internacional da época – marcado por disputas entre interesses nacionais e estrangeiros – influenciou diretamente a condução das ações da companhia. A resistência de setores norte-americanos ao fortalecimento de empresas estatais no Brasil resultou em entraves e boicotes a projetos estratégicos, como a expansão da Usina de Paulo Afonso. Tais conflitos, explicitados no Relatório Bohan, ilustram um cenário de disputa por poder, em que o fortalecimento do Estado era visto como ameaça por determinados grupos econômicos e políticos.

Por sua vez, a CODEVASF, criada originalmente como CVSF em 1948 e reestruturada em 1974, passou a exercer papel fundamental na implementação de políticas de desenvolvimento. Suas ações se concentraram na implantação de perímetros irrigados e no fortalecimento da infraestrutura hídrica, com impactos diretos nas dinâmicas econômicas e sociais. Em 2002, a área de atuação da companhia foi ampliada para abranger também a bacia do Rio Parnaíba, ampliando significativamente sua abrangência territorial e reforçando sua relevância no planejamento hídrico e agrário (Dourado, 2015).

De acordo com Dourado (2015), as ações da CODEVASF foram direcionadas prioritariamente ao fortalecimento do agronegócio, consolidando a agricultura irrigada como eixo estruturante do chamado agrohidronegócio. O autor destaca:

> […] houve nos estados do Nordeste, a criação de diversos perímetros irrigados pela CODEVASF e pelo DNOCS, como medida para minimizar as disparidades regionais a partir da criação de infraestrutura de irrigação e geração de energia elétrica, com fortes impactos socioeconômicos para o campo, por representar as bases da agricultura moderna na região. (Dourado, 2015, p. 53)

Contudo, essas iniciativas impulsionaram também a valorização fundiária e a expansão dos mercados de terras, gerando efeitos ambivalentes para as populações locais.

Entre os aspectos negativos, ressalta-se o estímulo à especulação imobiliária e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, o que produziu transformações contrastantes, ao mesmo tempo em que abriu novas oportunidades e impôs desafios às comunidades impactadas. Dourado (2015, p. 58) enfatiza:

> A CODEVASF tem atuação expressiva no Semiárido nordestino, abrangendo a implantação de perímetros irrigados, obras relacionadas ao abastecimento de água (construção de adutoras, estações de bombeamento de água, etc.), manutenção de estradas vicinais e obras de saneamento básico em comunidades próximas aos perímetros irrigados. A espacialização dos perímetros irrigados revela a importância política das elites agrárias na Bahia e no Ceará, haja vista que estes empreendimentos destinados à segurança hídrica acabam atraindo investimentos financeiros e fomentando especulação imobiliária, bem como a valorização de terras, contribuindo para o aquecimento e a valorização do mercado de terras.

As ações desenvolvidas pela CHESF e pela CODEVASF constituem exemplos paradigmáticos dos esforços estatais de transformação econômica e social no Semiárido brasileiro. Todavia, essas intervenções também expõem as contradições inerentes ao processo de territorialização do capital e à configuração de dinâmicas desiguais de poder. No Vale do São Francisco, essas instituições desempenharam papel decisivo na reestruturação da infraestrutura e das relações socioeconômicas locais.

Embora tenham gerado avanços consideráveis, como a criação de empregos em determinados setores, os benefícios dessas iniciativas foram, em grande parte, apropriados por elites agrárias e grupos econômicos dominantes. Em contrapartida, camponeses, comunidades tradicionais, pequenos produtores rurais permaneceram à margem desses processos, revelando as limitações de um modelo de desenvolvimento que aprofunda desigualdades socioespaciais.

Um exemplo emblemático dessa lógica é a construção da barragem de Sobradinho, empreendimento considerado estratégico para a geração de energia elétrica, mas às custas de grandes impactos socioeconômicos e ambientais. A inundação de quatro cidades provocou o deslocamento compulsório de mais de 70 mil pessoas, evidenciando as contradições de um modelo desenvolvimentista que privilegia grandes projetos em detrimento dos direitos e modos de vida das populações locais. Essa dinâmica revela como os custos sociais e ambientais dessas intervenções recaem, de forma desproporcional, sobre os sujeitos sociais vulneráveis, ao passo que os benefícios tendem a se concentrar em setores economicamente privilegiados.

Conforme ressalta Oliveira (1985), as intervenções estatais no Semiárido demonstram a estreita interdependência entre interesses políticos e econômicos, contribuindo para a reprodução de estruturas oligárquicas de poder. Ainda que amparadas por avanços tecnológicos e pelo discurso da modernização, as ações da CHESF e da CODEVASF continuam refletindo tensões históricas e estruturais, apontando para a fragilidade de um modelo de desenvolvimento que, em vez de superar desigualdades socioespaciais, frequentemente as perpetua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas e das intervenções promovidas por empresas estatais e pelo capital privado revela uma realidade marcada por profundas contradições e por dinâmicas de poder assimétricas. Iniciativas conduzidas por instituições como a CHESF e a CODEVASF evidenciam a capacidade do Estado de impulsionar avanços

tecnológicos e econômicos em setores estratégicos, como a geração de energia e a agricultura irrigada.

A modernização agrícola promovida segundo os ditames da lógica do capital consolidou um modelo produtivo orientado para o mercado global, com destaque para a exportação de frutas como manga e uva, como disse Dourado (2015) "As águas do São Francisco correm para o mercado global". Essa modernização, entretanto, foi acompanhada por processos de expropriação de camponeses, concentração fundiária, conflitos por terra e água. Assim, o crescimento econômico revelou-se seletivo, beneficiando sobretudo grandes produtores, elites agrárias e grupos políticos regionais.

As críticas formuladas por Oliveira (1985) e Dourado (2015) às políticas públicas de desenvolvimento no Semiárido nordestino apontam para um elemento central nesse processo: a reprodução de relações de poder que reforçam a concentração de recursos e a espoliação de camponeses e da classe trabalhadora. Embora empreendimentos como os da CODEVASF demonstrem eficiência técnica e capacidade de articulação institucional, eles frequentemente operam sob uma lógica que intensifica as desigualdades socioespaciais. Esse modelo de intervenção expressa uma racionalidade hegemônica, pautada na priorização de interesses econômicos dominantes em detrimento de perspectivas territorialmente enraizadas e socialmente inclusivas, o que é inerente ao modo de produção capitalista onde a reprodução da desigualdade é necessária para a reprodução do capital.

A construção de grandes empreendimentos, como a barragem de Sobradinho, ilustra essa dialética entre modernização da economia local com a negação do acesso à terra, água e meios de produção para a população camponesa e comunidades tradicionais e a relação desse processo com o crescimento de cidades da região com periferias sem a devida estrutura urbana, além da subsunção desses sujeitos sociais à venda da sua força de trabalho (na cidade e no campo). De um lado, a obra ampliou a infraestrutura energética como o previsto. De outro, provocou o deslocamento forçado de mais de 70 mil habitantes para assentamentos, a desestruturação de modos de vida tradicionais e impactos ambientais de grande magnitude. Os perímetros irrigados foram implementados com base na expropriação camponesa e uma das contradições identificadas foi ver alguns desses sujeitos sociais trabalhando, como assalariados, em empresas localizadas nestes projetos onde dantes eram espaços da reprodução da sua vida e da sua família (informações obtidas em conversas com trabalhadores durante as visitas). A luta pela terra pode ser constatada através de acampamentos do MST vistos nos percursos entre os municípios de Juazeiro, Sobradinho e Casa Nova. Enfim, a intervenção estatal nessa região foi e é ancorada num modelo de desenvolvimento centrado na territorialização do capital, capaz de transformar profundamente as paisagens locais, que perpetua um paradigma no qual as demandas e os direitos das populações locais são subordinados aos imperativos do mercado.

A vivência do enoturismo, que inclui navegar cerca de vinte quilômetros no Lago do Sobradinho (CHESF), se constituiu uma atividade turística regional, agora mais profissionalizada, alinhada com a retórica da fruticultura irrigada e da vitivinicultura, promove o apagamento dos processos pretéritos que resultaram no imenso lago artificial – a referida desapropriação compulsória dos habitantes das cidades que foram submersas e os conflitos que perduram até os dias atuais resultantes dessa intervenção estatal. Do mesmo modo, as paleodunas do "Velho Chico" em Casa Nova, está sendo "vendido" como um espaço de lazer e entretenimento e os impactos no local podem ser conferidos mesmo que numa rápida visita durante a aula de campo.

Os meandros das contradições da relação capital *versus* trabalho na região visitada são desvelados quando observamos e conversamos com trabalhadores nos espaços citados – seja no *packing house* da exportadora de frutas ou na casa das máquinas de captura de

água no rio São Francisco para a irrigação dos perímetros ou na embarcação do enoturismo: precarização das condições de trabalho, empregos sazonais, negação de direitos trabalhistas, adoecimento e óbitos de trabalhadores que trabalham na fruticultura irrigada devido à exposição intensa aos agrotóxicos (depoimentos da professora-pesquisadora Dra. Áurea Souza, da Universidade Estadual de Pernambuco). E, para completar o cenário desvelado durante o Trabalho de Campo, constatamos que a agudização das questões ambientais se constrói de forma latente com a ampliação dos canaviais na região respaldada pelo Estado.

Por fim, a atividade proporcionou a análise de contradições da relação Estado, capital e território e ratificou a potência de um trabalho de campo para a compreensão da relação teoria e prática na produção do conhecimento em Geografia.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de. Seca *versus* Seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E., de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrandt Brasil, 2008 [1996].

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das Terras do Sem Fim aos Territórios do Agrohidronegócio:** conflitos por terra e água no vale do São Francisco. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/Unesp. Presidente Prudente–SP: 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.